

## NOVAS ESTRATÉGIAS GEOECONÔMICAS E O PAPEL DO G20: ELEMENTOS PARA A ATUAÇÃO BRASILEIRA

Diego Araujo Azzi<sup>1</sup>  
Giorgio Romano Schutte<sup>2</sup>

Este artigo analisa os desafios enfrentados pelo Grupo dos Vinte (G20) diante das tendências de desglobalização, tensões geopolíticas e fragmentação geoeconômica dos últimos anos. Argumenta-se que os recentes dilemas combinados de segurança e defesa, os obstáculos à paz e à coordenação econômico-comercial entre as nações representam uma nova fase para o grupo. Paradoxalmente, além de restrições a uma atuação mais cooperativa, o novo contexto representa também oportunidades de renovada atuação brasileira no G20, em meio à atual reconfiguração das relações internacionais.

**Palavras-chave:** geoeconomia; multilateralismo interpolar; G20; política externa brasileira.

## NEW GEOECONOMIC STRATEGIES AND THE ROLE OF THE G20: ELEMENTS FOR BRAZIL'S ROLE

This article analyzes the challenges faced by the Group of Twenty (G20) in light of the recent trends of deglobalization, geopolitical tensions, and geoeconomic fragmentation. It argues that the recent combined dilemmas of security and defense, obstacles to peace, and economic-trade coordination between nations represent a new phase for the group. Paradoxically, in addition to restrictions on more cooperative action, the new context also represents opportunities for renewed Brazilian action in the G20 amid the current reconfiguration of international relations.

**Keywords:** geoeconomics; interpolar multilateralism; G20; Brazilian foreign policy.

## NUEVAS ESTRATEGIAS GEOECONÓMICAS Y EL PAPEL DEL G20: ELEMENTOS PARA LA ACTUACIÓN DE BRASIL

Este artículo analiza los desafíos enfrentados por el Grupo de los Veinte (G20) ante las tendencias de desglobalización, tensiones geopolíticas y fragmentación geoeconómica de los últimos años. Se argumenta que los recientes dilemas combinados de seguridad y defensa, los obstáculos a la paz y a la coordinación económico-comercial entre las naciones representan una nueva fase para el grupo. Paradójicamente, además de restricciones a una actuación más cooperativa, el nuevo contexto también representa oportunidades para una renovada actuación brasileña en el G20 en medio de la actual reconfiguración de las relaciones internacionales.

**Palabras clave:** geoeconomía; multilateralismo interpolar; G20; política exterior brasileña.

---

1. Professor adjunto de relações internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC); doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio sanduíche na Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne; e integrante do Observatório da Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (Opeb). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7101-7825>.  
E-mail: [diego.azzi@ufabc.edu.br](mailto:diego.azzi@ufabc.edu.br).

2. Professor associado de relações internacionais e economia política mundial da UFABC; mestre em relações internacionais pela Universidade de Amsterdã (UvA); doutor em sociologia pela USP; integrante do Opeb; e bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5225-469X>.  
E-mail: [giorgio.romano@ufabc.edu.br](mailto:giorgio.romano@ufabc.edu.br).

JEL: F02; F50; F55.

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/rtm34art1>

Data de envio do artigo: 29/5/2024. Data de aceite: 18/8/2024.

## 1 INTRODUÇÃO

A primeira presidência brasileira do Grupo dos Vinte (G20), em 2024, acontece com pouco mais de quinze anos de existência desse agrupamento na sua versão como fórum de alto nível de chefes de Estado e de governo. Este artigo analisa os desafios enfrentados pelo G20 diante da transformação do contexto geopolítico nos últimos anos e seu impacto sobre as relações econômicas globais. Os obstáculos à paz e à coordenação econômico-comercial entre as nações – como a intensificação de rivalidades interestatais, o nacionalismo econômico, a concorrência oligopolista dos atores do mercado e os conflitos armados – representam restrições, mas, também, novas oportunidades para o próprio G20 e para uma atuação proativa do Brasil, podendo o país contribuir para a construção política de soluções aos desafios que emergem da reorganização geopolítica das relações internacionais.

Identificamos três fases na trajetória do G20 presidencial. A primeira se caracteriza por uma grande vontade de cooperação para superar conjuntamente a crise financeira de 2008. A própria decisão de transformar o fórum ministerial existente, de baixo perfil, no principal fórum para a coordenação econômica e financeira<sup>3</sup> expressou a consciência, por parte das potências reunidas no Grupo dos Sete (G7), da necessidade de engajar a China e as demais economias emergentes para salvar a ordem econômica global. Isso significou, de fato, uma mudança na dinâmica do multilateralismo comandado pelo G7, em particular no que diz respeito à coordenação econômico-financeira, gerando inclusive a perspectiva de uma maior margem de influência política para grandes economias emergentes nas instituições formais, em particular no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial. Nessa primeira fase, o Brasil teve um papel de destaque, primeiro pela coincidência de estar neste momento na presidência *pro tempore* do G20 ministerial em 2008 e ter pautado, desde o início da sua gestão, a necessidade de transformação do G20 em um fórum de líderes e a ampliação da sua atuação, com maior frequência de reuniões técnicas, até antes da quebra do Lehman Brothers em setembro de 2008. E, uma vez instalado o novo fórum, por meio das articulações com os demais membros do BRICS. Superada a ameaça de uma crise sistêmica e o caráter de urgência, o G20 entrou numa fase de baixo perfil. Houve também certa frustração por parte dos países do BRICS com as resistências das potências do G7 de dividir de fato o poder político nas organizações

---

3. No ponto 19 da declaração final da cúpula de Pittsburgh consta: “We designated the G-20 to be the premier forum for our international economic cooperation” (G20, 2009, p. 3).

multilaterais. Essa segunda fase coincide com uma atuação menor do Brasil na arena internacional devido ao acirramento da situação política no Brasil e problemas econômicos.

O argumento defendido neste artigo é que o G20 entrou numa terceira fase diante do novo contexto de rivalidade que se manifesta com maior intensidade a partir de 2020 na esfera econômica, tecnológica e, também, na esfera militar, enfraquecendo ainda mais a capacidade das instituições formais, tanto do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) quanto do sistema de Bretton Woods. A interdependência entre polos do poder internacional não reside somente na dimensão econômico-comercial – a qual possivelmente seja a mais vulnerável a eventuais movimentações políticas de desglobalização, guerra comercial, *decoupling*, *reshoring*, *nearshoring*, *friendshoring* e *powershoring*.<sup>4</sup>

A dependência mútua está evidente nos vários desafios hoje colocados por questões transfronteiriças, como a mudança do clima; a intensificação multifatorial das migrações; as emergências sanitárias como a pandemia de covid-19; a inteligência artificial; e a persistência da fome e da pobreza extrema em grande parte do mundo. Se, por um lado, é certo que esses desafios transnacionais não podem ser resolvidos ou administrados com base em saídas unilaterais nacionalistas, protecionistas ou belicistas; por outro lado, com crescente frequência, considerações de natureza geopolítica impedem a cooperação e levam a uma maior competição – inclusive à politização e securitização desses fenômenos – incidindo sobre e reorganizando crescentemente as relações econômicas entre as nações.

O G20 pode representar uma plataforma na qual, de modo informal, se busque distensionar os conflitos e chegar a denominadores comuns, não só na esfera econômica e financeira, mas também nas demais esferas que vêm pautando as discussões do grupo, como o clima e as tensões geopolíticas. Caso isso se confirme, o G20 funcionaria como um Conselho de Segurança informal ampliado que represente a multipolaridade existente no mundo. O Brasil, membro ativo do BRICS, mas ao mesmo tempo em diálogo aberto com a Europa e os Estados Unidos, tem o potencial de desempenhar um papel importante nessa terceira fase. Hoje, portanto, os interesses estratégicos do Brasil no G20 passam por garantir que o grupo seja instrumento de contenção das rivalidades, que nesta multipolaridade com interdependência seja capaz de minimizar os conflitos e maximizar as possibilidades de cooperação.

---

4. *Decoupling* refere-se à diminuição da interdependência entre duas economias, tornando-as mais autônomas. *Reshoring* é o processo de retorno do capital produtivo que havia sido transferido de países centrais para países de menor custo. *Nearshoring* é o processo de realocar parte da produção que foi transferida dos países centrais para países também de menor custo, porém mais próximos (por exemplo, a realocação da China para o México para produzir bens destinados ao mercado estadunidense). *Friendshoring* refere-se à realocação da produção para países considerados amigáveis do ponto de vista político-ideológico. *Powershoring* é o processo de alocar investimentos produtivos com base na disponibilidade de energia renovável abundante, confiável e mais barata.

Este artigo está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução e as considerações finais. Na segunda seção, recuperamos a trajetória das primeiras duas fases. Em seguida, é dado um quadro do novo contexto de rivalidade geoeconômica e tensões geopolíticas. E, na quarta, o G20 na terceira fase entre cooperação e conflito.

## 2 ASCENSÃO E ESFRIAMENTO

O aprofundamento da interdependência econômico-comercial global no período pós-Guerra Fria, popularmente conhecido como globalização, garantiu quase três décadas de relativa estabilidade, estando ancorada na renovada hegemonia dos Estados Unidos. Um símbolo do início desse período foi o anúncio pelo presidente George H. W. Bush (1989-1992) da chegada da nova ordem global, sob liderança dos Estados Unidos (Bush, 1991). Em seguida, alguns marcos importantes pareciam apontar para a sua consolidação: a incorporação da Rússia no Banco Mundial e no FMI, em 1992, seguida, em 1997, da chancela do governo Bill Clinton (1992-2000); a incorporação da Rússia ao G7 – somando-se ao Reino Unido, Canadá, Alemanha, França, Itália, Japão, à União Europeia (UE) e aos próprios Estados Unidos –, passando então a Grupo dos Oito (G8). No plano comercial esse processo garantiu a incorporação de China (2001) e Rússia (2012) à Organização Mundial do Comércio (OMC), com seu reconhecimento como economias de mercado. Em 2007, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) deu início às negociações para a adesão da Rússia como membro pleno e concedeu *status* de *key partner* à China.

A incorporação à ordem liberal garantiu um crescimento expressivo da China e a dinâmica combinada de alta nos preços das *commodities* agrominerais (2000-2014) contribuiu ainda para o fortalecimento de vários outros países em desenvolvimento, que passaram a ocupar um lugar de maior relevância na ordem internacional globalizada, entre os quais o Brasil. E isso permitiu a estes países um grau de influência e autonomia relativa mais altos em comparação a décadas anteriores.

Na década de 2000 esta estabilidade hegemônica, nos termos de Kindleberger (1973), começou a mostrar seus limites e a própria ordem liberal multilateral acabou paradoxalmente gerando um ambiente de aumento das tensões e da competição estratégica.

No plano da segurança internacional, o período também foi marcado pela eclosão de conflitos militares de média intensidade, frequentemente levados adiante sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU), do qual fazem parte Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Rússia e China. O Ocidente, em alguns casos por meio da Organização do Tratado do Atlântico

Norte (Otan), foi protagonista destes conflitos, com destaque para as invasões do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003). O fracasso das intervenções em estabilizar esses países demonstrava a debilidade e os limites da hegemonia estadunidense, mesmo expondo sua força militar.

Mas foi a crise financeira de 2008 que teve o potencial de se tornar na historiografia um divisor de águas, acelerando a construção de um mundo multipolar, superando a noção da liderança e eterna superioridade dos Estados Unidos. A crise tinha um potencial de desestabilizar o sistema financeiro global e a centralidade do dólar estadunidense. Diante da gravidade e consequências sistêmicas, o governo de George W. Bush (2001-2009) e, em seguida, o de Barack Obama recorrem a um esforço global de combate à crise, lançando mão da criação do G20 presidencial como o novo principal fórum de coordenação econômico-financeira (Schutte, 2014).

Quando se globalizou a crise, depois da quebra do Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008, o G20 ministerial fez em seguida, em 8 de outubro, uma reunião extraordinária, transformando-se no formato atual. Em menos de um ano foram realizadas três reuniões de líderes do G20 (Washington, em novembro de 2008; Londres, em abril de 2009; e Pittsburgh, em setembro de 2009), uma intensidade de concertação de alto nível sem precedentes desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tendo como foco de coordenação multilateral a criação de um novo marco de reforma, regulação e supervisão da atividade econômico-financeira. Assim, em resposta aos efeitos e riscos sistêmicos da crise, as políticas implementadas pelo G20 “resultaram no maior e mais coordenado estímulo fiscal e monetário jamais realizado” (G20, 2009, p. 1). Os países do BRICS, que não estiveram na origem da crise, mas se engajaram na sua solução, a barganha política envolveu a demanda por reformas profundas na arquitetura financeira internacional, com especial referência às estruturas hierárquicas de poder nas instituições financeiras de Bretton Woods, o FMI e o Banco Mundial, cujas regras e procedimentos ainda refletem o (des)equilíbrio de poder que emergiu da Segunda Guerra Mundial.

O surgimento do G20 foi, portanto, uma resposta direta à crise financeira oriunda dos Estados Unidos, com impactos desastrosos para os vários cantos do mundo, embora de forma diferenciada, atingindo, em particular, de modo mais suave, a China.

Na primeira fase, o G20 foi palco dos mais importantes debates coletivos sobre o sistema financeiro internacional, tratando desde a aprovação de pacotes de estímulo, passando pelo inédito acesso de seus países emergentes ao Financial Stability Board e ao Comitê de Basileia de supervisão da atividade bancária até a negociação das reformas de cotas nas instituições financeiras de Bretton Woods. Em

grande medida, no G20 articulou-se uma estratégia de cooperação mais intensa entre os principais organismos e arranjos financeiros internacionais, de modo que o FMI, o Banco Mundial, a OMC, a OCDE, a Organização Internacional de Trabalho (OIT) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development – Unctad) se tornaram ferramentas auxiliares para a prevenção e o diagnóstico de crises sistêmicas, assim como para a recomendação de políticas econômicas, financeiras e comerciais a chefes de Estado e governo do G20. Desta forma o grupo serviu para evitar uma fragmentação do sistema multilateral ao fortalecer a capacidade dessas organizações de atuar para superar a crise.

O Brasil teve um papel importante na constituição do fórum e depois no novo dinamismo junto aos demais países de economias emergentes, hoje conhecido como Sul global, em particular por meio das articulações no BRICS. De fato, cabe enfatizar o papel do BRICS nessa primeira fase do G20. O grupo de países emergentes foi justamente criado na mesma época, tendo seu primeiro encontro de líderes em Ecaterinburgo (Rússia), em junho de 2009. Havia uma interação forte. A articulação no âmbito do BRICS ajudou a equilibrar a pressão dos países do G7, assim fortalecendo a importância do G20. E, de outro lado, a coordenação para atuar no G20 deu ao BRICS na sua fase inicial um dinamismo e visibilidade. O Brasil apostou muito nesse processo porque era, junto com a integração latino-americana e a reabertura para África, o carro-chefe da política externa iniciada em 2003, buscando aumentar simultaneamente seu papel no mundo e modificar relações de poder (Garcia, 2010). Como será argumentado na quarta seção, essa relação entre a dinâmica do G20 e do BRICS tem um potencial para se reproduzir no que denominamos a terceira fase do G20.

O paulatino controle dos efeitos sistêmicos da crise de 2008 e da crise da zona do euro (2009-2010) que a ela se seguiu se deu com base em políticas estatais agressivas de absorção de ativos tóxicos (*bail out*) e de emissão monetária (*quantitative easing*), sobretudo por parte do Federal Reserve (FED) e dos Bancos Centrais ocidentais, garantindo liquidez ao sistema enquanto se julgou necessário. A abundância de liquidez que essas políticas provocaram acabou fortalecendo as hierarquias existentes, sobretudo a posição do dólar estadunidense, e mostrou a fragilidade daquelas economias semiperiféricas que tinham liberalizado sua conta de capital, justamente sob orientação do FMI e do Tesouro dos Estados Unidos. Isso foi o caso do Brasil, onde houve uma forte valorização da sua moeda com efeitos negativos para a sua economia.

À medida que a crise financeira imediata foi superada, o compromisso do G7 e, em particular, dos Estados Unidos, em manter a centralidade do fórum diminuiu. As prioridades econômicas mudaram da gestão da crise para as agendas

domésticas ou regionais, levando a poucas novas iniciativas menos relevantes. Há de se lembrar que a crise de 2008 representou também uma crise existencial para as instituições de Bretton Woods, que após o sucesso da articulação do G20 tinham se recuperado e estavam dispostas a retomar seu lugar na governança da economia e finanças globais, sem intermediação do G20.

O tema da reforma da arquitetura financeira internacional foi “perdendo fôlego” e pode-se até mesmo dizer que passou a ser tratado “de maneira burocrática” (Lyrio e Pontes, 2024, p. 70). As expectativas das economias emergentes – levantadas pela gravidade das falhas regulatórias que levaram à crise de 2008 – de que havia chegado o momento de se negociar “um Bretton Woods II” (Brasil, 2008, p. 2) para uma nova ordem econômica internacional foram amplamente frustradas.

A tímida reforma de cotas do FMI de 2010, que redistribuiu 6% das cotas em favor de economias emergentes, levou longos seis anos até ser implementada. Esta mudança, de todo modo, aumentou o poder de decisão dos países emergentes, em particular do então BRIC – cujos membros passaram a ocupar quatro posições entre os dez maiores cotistas – mas não alterou substancialmente a hierarquia monetária e as assimetrias de poder no interior do Fundo, marcadas notadamente pela sobre-representação europeia e pelo poder de veto *de facto* dos Estados Unidos.

Por tudo isso, em meados da década de 2010, prevaleceu a percepção de que o G20 estava se tornando menos dinâmico e mais reativo, em vez de proativo. Não por coincidência, foi justamente nesse período que o BRICS resolveu dar um salto de qualidade ao constituir na sua cúpula, em Brasília, em 2014, o Novo Banco de Desenvolvimento e o Fundo de Reserva Contingente.

A partir de 2012, o papel reformista do G20 presidencial, portanto, perde força e o grupo passa a focar na administração do *status quo* pós-reforma de 2010, por um lado, e, por outro lado, passa a testemunhar a criação de novos mecanismos de cooperação econômico-financeira. Diante da crescente percepção de que reformas estruturais na arquitetura financeira internacional estariam fora de alcance real devido à resistência dos Estados Unidos e da Europa, a China vem impulsionando a criação ou o aprofundamento de mecanismos de cooperação econômica e financeira alternativos, além das iniciativas mencionadas no âmbito do BRICS, com destaque para o lançamento da Iniciativa do Cinturão e da Rota da Seda (The Belt and Road Initiative – BRI), em 2013, e do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (Asian Infrastructure Investment Bank – AIIB), em 2015. Além disso, a China acumulou múltiplos acordos bilaterais para o uso de moedas locais nas transações comerciais e financeiras (*swaps* cambiais) visando a uma maior autonomia relativa tanto em relação ao dólar quanto às condicionais das instituições de Bretton Woods (McKinney, 2017).

Ainda que conste na atual governança dessas novas instituições, como o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) do BRICS e na iniciativa de Chiang Mai ASEAN+3, um vínculo específico de supervisão coordenada com o FMI, o IMF-Link (Batista Júnior, 2019, p. 243-244), a sua criação e administração sem a participação direta dos Estados Unidos teve, em si, uma relevância política que aponta para a insatisfação com a arquitetura existente. Os países do BRICS não deixaram, porém, de pressionar no âmbito do G20 por mudanças mais expressivas na governança e no funcionamento das instituições de Bretton Woods. Ao mesmo tempo, ampliou-se o peso da China como credor bilateral. Desde 2017, o país asiático é o maior credor do planeta, superando o FMI, o Banco Mundial e o Clube de Paris, em conjunto (Lyrio e Pontes, 2024, p. 72), embora ainda majoritariamente operando em dólar estadunidense.

Contudo, com o passar dos anos, se reduziu significativamente o ímpeto de reforma da arquitetura financeira internacional no âmbito do G20, ao mesmo tempo em que se iniciou uma expansão do seu escopo temático de atuação. A partir de 2010 e com maior intensidade desde 2012, o G20 passou a abranger também temas não financeiros, tratados em separado da trilha financeira na trilha sherpa<sup>5</sup> de negociações. Essa expansão temática deu início a uma política de diálogo junto a diversos setores da sociedade, representados em treze grupos de engajamento do G20 – C20 (sociedade civil); T20 (*think tanks*); Y20 (jovens); W20 (mulheres); L20 (trabalho); U20 (cidades); B20 (empresas); S20 (ciências); Startup20 (*startups*); P20 (parlamentos); SAI20 (instituições supremas de auditoria); e os mais novos J20 (supremas cortes) e O20 (oceanos).<sup>6</sup> Estes grupos foram pensados para dar subsídios às deliberações entre governos, com o objetivo de ampliar assim a representatividade e a legitimidade dos processos internos do grupo, mas dependem muito do compromisso dos governos, e em particular do anfitrião da cúpula.

Desta forma, pode-se diferenciar uma primeira fase do G20 representando sua ascensão como principal fórum de articulação e coordenação econômico-financeira (2008-2014), seguida de uma fase morna (2014-2020).

Nos próprios países centrais, a superação da crise e o ativismo inédito do FED não conseguiram, porém, gerar uma nova fase de aumento da produtividade e crescimento econômico. Ao mesmo tempo, os esforços para salvar o sistema financeiro sem a devida responsabilização de seus atores provocou uma ulterior concentração de renda – ainda mais porque, em um segundo momento, os

5. No G20, os sherpas são os diplomatas de cada país responsáveis por encaminhar as discussões e acordos até a cúpula final com chefes de Estado e de governo. O termo faz referência aos guias nepaleses que orientam os alpinistas que almejam chegar ao topo do Everest. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas>.

6. Disponível em: [https://www.g20.org/en/g20-social#:~:text=The%2013%20engagement%20groups%20that,newest%2012%20\(supreme%20courts\)%20and](https://www.g20.org/en/g20-social#:~:text=The%2013%20engagement%20groups%20that,newest%2012%20(supreme%20courts)%20and).

governos tiveram que cortar o pico de déficits fiscais provocados pela necessidade de salvar o sistema financeiro e evitar um colapso geral, e isso foi feito a custos de gastos sociais. Tal quadro provocou descontentamento e tensões internas que se manifestaram de várias formas tanto nos Estados Unidos quanto nos países europeus, incluindo o fortalecimento de uma nova direita que lançou mão de uma retórica antiglobalização e crítica ao multilateralismo liberal.

A crise financeira de 2008 tinha evidenciado, entre outras questões, um esgotamento do neoliberalismo. Entre as várias manifestações desse esgotamento, destaca-se a dificuldade de se voltar a patamares de produtividade e dinamismo econômico e tecnológico. Ao mesmo tempo, aumentou a descrença no projeto integracionista europeu, com o crescimento de forças políticas claramente antagônicas a este. Assim, amplia-se uma sensação de decadência e perda relativa, diante da expansão chinesa e da incapacidade de manter sua hegemonia, uma perda da coesão social europeia e uma dificuldade em implementar políticas consideradas prioritárias com relação às mudanças climáticas.

### 3 RIVALIDADE GEOECONÔMICA E TENSÕES GEOPOLÍTICAS

O G20 presidencial foi criado no espírito de uma cooperação internacional para superar a crise financeira e pode-se alegar que perdeu sua centralidade após esse momento de urgência. Mas o fato é que o mundo depois tinha mudado, não só pela dificuldade dos países centrais de retomar suas taxas de crescimento.

A crise de 2008 expõe também uma crise da ordem político-econômica e do multilateralismo liberal construídos pelos Estados Unidos e seus aliados desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Foi este mesmo modelo que, ainda mais a partir do colapso da União Soviética em 1991, propagou o ideal de universalidade de um sistema baseado em regras que refletem valores e experiências históricas do mundo anglo-saxão, apresentado como um sistema baseado em regras (*rules-based system*) ou ordem liberal internacional. A partir da ruptura unilateral pelos Estados Unidos da paridade dólar-ouro em 1971, o novo multilateralismo liberal veio acompanhado de uma liberalização do comércio e das finanças, incorporando inclusive a China como nova fronteira de expansão do capitalismo centrado no dólar. Criou-se um ambiente perfeito para as multinacionais e os interesses financeiros se organizarem em torno de longas cadeias de valor e mercados interconectados, com uma centralização da apropriação do valor agregado em determinados elos dessas cadeias.

O que ficou visível foi o mais relevante resultado desses trinta anos de aprofundamento estratégico da interdependência econômico-comercial, o chamado “efeito China”. Isto é, o despontar da China não mais somente como potência econômica e fábrica do mundo, mas também com força e vontade para disputar a liderança tecnológica e consolidar-se como potência militar. Ainda em 2001,

o gigante asiático já representava cerca de 10,0% do valor bruto adicionado da produção industrial mundial, tendo subido para 28,3% em 2021, contra uma queda da participação dos Estados Unidos e da UE de 20,0% cada em 2001, para respectivamente 16,0% e 14,5% em 2021 (ERT, 2023, p. 4).

Exatamente quando começou a aparecer a fragilidade da hegemonia dos Estados Unidos surgiu a China como uma potência. A China integrou-se, sim, ao capitalismo global e foi funcional para os Estados Unidos para a nova ordem sonhada por Bush em 1991, mas o país nunca teve a vocação de ser coadjuvante do capitalismo estadunidense e logo mostrou que tinha um projeto nacional de desenvolvimento soberano próprio. Sendo uma economia que subordina as finanças à economia real, a China não foi atingida pela crise de 2008, como os países do capitalismo avançado. Pelo contrário, surgiu mais fortalecida.

O efeito China alterou estrutural e definitivamente as relações de poder no cenário internacional, obrigando o Ocidente (em particular os Estados Unidos, mas também a Europa) a repensar estratégias para manter sua hegemonia e privilégios no sistema. Passou a prevalecer em Washington a visão de que a transnacionalização do capital produtivo e das finanças por si só não garante a reprodução da hegemonia americana e que os oligopólios internacionais não defendem necessariamente os interesses estratégicos dos Estados Unidos.

Do ponto de vista da China houve, após a crise de 2008, um movimento forte de expansão do seu capitalismo estatal, se tornando exportador líquido de capital entre 2014 e 2015, com um processo de aquisições e fusões, não somente para garantir o fornecimento de alimentos e energia, mas também para controlar ativos tecnológicos. Soma-se a isso a BRI, anunciada por Xi Jinping em 2013, por meio da qual a China vem fortalecendo o uso do renminbi na região e aprofundando a interdependência e integração de infraestrutura, energia e transporte junto a importantes países, conformando corredores econômico-comerciais estratégicos no continente eurasiático e fora dele (Flint e Zhu, 2019; OECD, 2018).

Tudo isso gerou uma intensificação das rivalidades geoeconômicas entre grandes potências, a qual, além de resultar numa trajetória de desglobalização, ameaça arrastar a ordem internacional para uma nova era de fragmentação geopolítica e guerra. A atual geopolitização da economia e o alastramento de práticas de corte (neo)mercantilista se assemelha em certos aspectos ao período entreguerras, no qual o fracasso no tratamento coletivo das rivalidades interimperialistas deu margem à escalada recíproca de intervenções cambiais, políticas industriais e tecnológicas competitivas, elevação de barreiras tarifárias no comércio, e restrições nos fluxos monetários, financeiros e de investimentos. A pandemia de covid-19 (2020-2022) e a invasão da Ucrânia, em fevereiro de 2022, intensificaram e ampliaram esse processo.

Diante desse quadro, vem ganhando maior relevância as considerações sobre qual é a base industrial que cada Estado possui dentro de seu território, bem como nos territórios considerados aliados. Assim, a rivalidade interestatal se mistura com a concorrência oligopolista, provocando novas estratégias por parte de Estados e empresas. Os governos estão conscientes de que sua posição na hierarquia do sistema interestatal depende hoje, em última instância, da sua base industrial-tecnológica.

Já os Estados Unidos, em particular a partir de 2017, com o governo Trump, buscam formas de estancar essa ascensão chinesa, mas não têm sido capazes de oferecer alternativas competitivas àquelas impulsionadas pelos asiáticos. Sua estratégia vem sendo desenvolvida em outra direção, a da imposição de barreiras e impeditivos diversos à atividade econômica de oligopólios chineses, como o caso da Huawei – empresa líder mundial na fabricação de equipamentos de telecomunicações e em particular da tecnologia 5G, fundamental para criar a infraestrutura para a indústria 4.0 – e, ao mesmo tempo, implementar um conjunto de políticas para fortalecer as suas multinacionais. Essa estratégia se configura como um claro exemplo de “chutar a escada”, na terminologia usada por Chang (2004), num movimento em que, no entanto, a administração Trump não substituiu o globalismo neoliberal com uma outra visão de mundo coerente.

O governo Biden representa uma tentativa organizada com início, meio e fim para simultaneamente revitalizar sua economia – sobretudo sua base industrial-tecnológica – e enfrentar o desafio colocado pela ascensão chinesa. Ou seja, o sentido é garantir a reprodução da hegemonia dos Estados Unidos, e Biden entende que, para isso, é preciso uma reorganização da economia política nos próprios Estados Unidos. Não à toa, em todas as suas falas, faz questão de justificar as propostas de investimentos e gastos públicos trilionários com referência explícita à China. A pandemia foi vista como uma oportunidade única para atacar alguns problemas de fundo que surgiram com o esgotamento da era neoliberal, que mostrou sua fragilidade na crise de 2008, deixando para a China o papel principal de estimular o crescimento global. O programa Build Back Better ou Reconstruir Melhor virou a referência dessa abordagem, com uma clara referência na narrativa de *once in a generation*, uma oportunidade que aparece uma vez por geração (Biden, 2021). Biden pretendeu liderar um processo de rejuvenescimento do capitalismo norte-americano. Embora vários elementos já estivessem em pauta devido à pandemia, a novidade é que os megainvestimentos públicos em infraestrutura e tecnologia foram integrados a uma visão mais ampla, que abarca não só a economia, mas também a esfera geopolítica e a retomada do papel de liderança global dos Estados Unidos. Até a questão ambiental está diretamente ligada à disputa com a China pelo controle sobre as tecnologias do futuro.

Na sua primeira coletiva de imprensa como presidente, Biden se referiu explicitamente à Quarta Revolução Industrial como parte central do que ele caracterizou como uma batalha entre democracia e autocracias no século XXI. Nessa mesma ocasião, ele insistiu que Xi Jinping tem como objetivo tornar a China o país mais poderoso e mais próspero do mundo, e afirmou que isso não acontecerá enquanto ele estiver na presidência (Biden, 2021). Na busca de uma nova *grande estratégia*, há, portanto, como não poderia ser diferente, uma clara relação entre a volta da política industrial-tecnológica e a geopolítica, visando conter a ascensão chinesa e reenquadrar a Rússia.

Há, portanto, uma tendência de que o tradicional compromisso americano com os mercados abertos e o livre-comércio esteja sendo substituído por um novo protecionismo e políticas estatais agressivas voltadas à recomposição da base manufatureira dos Estados Unidos, numa versão neomercantilista do nacionalismo econômico (Van Apeldoorn, Veselinović e De Graaff, 2023, p. 107).

Essa nova perspectiva nacionalista industrial também chegou à Europa – região triplamente pressionada entre a tentativa dos Estados Unidos de enquadrar seus aliados como parte da reorganização da sua hegemonia, a expansão chinesa e os desafios colocados pelo poder militar russo, além das suas próprias forças centrífugas internas, como o Brexit, em 2020.

Diante disso houve uma virada também na Europa com a UE adotando medidas de apoio às suas indústrias nacionais e relaxando regras de subsídios para que governos europeus possam competir com as políticas dos Estados Unidos e da China (Duehren e Mackrael, 2024). O anúncio, em fevereiro 2019, da nova estratégia industrial 2030 por parte da Alemanha, também contendo um viés marcadamente neomercantilista, é outro exemplo dessa tendência (Altmaier, 2019). Além disso, a Comissão Europeia decidiu, em março de 2019, liberar cada país do bloco para decidir se banirá empresas chinesas, inclusive porque vários já estavam em fase de preparação de licitações para construção de rede 5G, entre os quais a Alemanha (Preziosi *et al.*, 2019).

Para a implementação das novas políticas, o novo orçamento plurianual da Comissão Europeia para 2021-2027 foi turbinado e a isso se juntou o programa NextGenerationEU, chegando a recursos previstos no período de mais de 2 trilhões de euros, de acordo com a própria comissão, de longe o maior programa de estímulo financiado pela UE.<sup>7</sup> Em paralelo, uma série de programas específicos foram lançados em um período curto de tempo, refletindo não somente o impacto da pandemia, mas também da invasão da Ucrânia. A esses recursos e

---

7. "The EU long-term budget 2021-2027 together with NextGenerationEU, the recovery instrument, form the largest stimulus package ever financed through the EU budget, of over €2.0 trillion". Disponível em: [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/recovery-plan-europe\\_en](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/recovery-plan-europe_en). Acesso em: 30 abr. 2024.

programas comunitários se juntam ainda estímulos dos países individualmente. No seu conjunto, isso representa exatamente o que a literatura caracterizou como uma virada neomercantilista e um afastamento do multilateralismo liberal tão defendido e propagado na fase anterior (Meunier e Nicolaidis, 2019; Babic, Dixon e Liu, 2022).

E, em 2023, passada a pandemia e com a guerra na Ucrânia em curso, o Ministério de Assuntos Econômicos e Proteção do Clima da Alemanha publicou um extenso documento, intitulado *Política industrial em tempos de virada: garantindo o local da indústria, renovando a prosperidade, fortalecendo a segurança econômica* (tradução nossa)<sup>8</sup> (BMWK, 2023). A palavra *Zeitenwende* que consta do título do documento é mais que um termo, um conceito que entrou com força no debate sobre o futuro da Alemanha a partir da invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022. Ele se refere a uma mudança de era. O ponto de partida é que a globalização liberal sofreu impacto devastador de três forças geopolíticas que obrigam a Europa e a indústria alemã, em particular, a se repositonar. Em primeiro lugar é mencionado o que é chamado de “política tecnológica industrial estratégica”,<sup>9</sup> da China, com a qual o gigante asiático pretende dominar os mercados e excluir os concorrentes de seu próprio mercado. São abordadas explicitamente a estratégia *Made in China 2025* e a BRI. Segundo, são relatadas as consequências da invasão da Ucrânia, apresentadas como clímax de um processo de confronto de regimes autocráticos com o Ocidente, lançando mão do que é chamado de *weaponisation of trade*.<sup>10</sup> O documento lembrou que, na Guerra Fria, ao contrário do que é considerado como política chinesa e russa de hoje, nunca houve o uso de poder econômico para atingir objetivos geopolíticos. E, em terceiro lugar, são apontadas as mudanças de orientação da política econômica dos Estados Unidos, o que se explica como uma reação ao novo ambiente geopolítico, mas também uma resposta ao processo de fratura social interno. Em seguida, o documento apontou em detalhes as vulnerabilidades europeias diante desse novo quadro, sugere inclusive que demorou demais para entender a necessidade de mudança de rumo e defende a aplicação de políticas industriais e tecnológicas, inclusive protecionismo seletivo igual ao que os chineses e americanos praticam – não porque não se acredita mais na superioridade do modelo liberal econômico, mas porque o jogo mudou.

Na linguagem das autoridades europeias, ganhou muita força a defesa da “autonomia estratégica” (Borrell, 2020), um conceito originário da esfera da segurança, mas que se tornou uma referência para defender políticas

8. “Öffentlichkeitsarbeit/Industriepolitik in der Zeitenwende Industriestandort sichern, Wohlstand erneuern, Wirtschaftssicherheit stärken”.

9. Em alemão: *Strategischen Technologie- und Industriepolitik*.

10. O texto foi publicado apenas em alemão, mas nesse caso é usado o termo em inglês.

neomercantilistas. Esse conceito é usado para impulsionar parcerias entre empresas, governos e associações empresariais em torno de objetivos específicos de interesse comum, como a European Battery Alliance (EBA), que visa assegurar liderança e autonomia na área de eletrificação de transporte, e a European Raw Materials Alliance (Erma), que deve garantir o abastecimento de trinta componentes considerados estratégicos (entre os quais lítio, terras raras etc.), por meio de produção doméstica, reciclagem e identificação de fornecedores politicamente confiáveis (*friendly suppliers*).

Assim, a vantagem chinesa em ter um Estado planejador que projete trajetórias tecnológicas a longo prazo agora encontra respostas por parte dos Estados Unidos e da UE, por meio de renovados planos de políticas industriais tecnológicas, envolvendo megainvestimentos públicos e articulando investimentos privados. De certa forma, pode-se falar de uma ‘chinesização’ de alguns aspectos da política econômica dos países ocidentais.

A China, por sua parte, sob a liderança de Xi Jinping, assumiu sua nova posição com muita determinação, apostando na possibilidade de conduzir um novo ciclo de investimentos em tecnologias disruptivas, como a inteligência artificial, robótica avançada, 5G, entre outros. O lançamento da estratégia Made in China 2025 pelo Conselho de Estado em maio de 2015 reforçou a vontade política da China de rivalizar com os Estados Unidos e a Europa na liderança tecnológica e o controle de cadeias produtivas de valor globais. Diante da nova política dos Estados Unidos e de seus aliados, Xi Jinping lançou em abril de 2020 uma nova estratégia econômica, baseada no princípio da circulação dual (*dual circulation*). Esta foi publicada posteriormente, em novembro do mesmo ano, na revista *Qiushi*, ligada ao Partido Comunista da China (PCC), sob o título *Uma série de questões importantes na estratégia nacional de desenvolvimento econômico e social de médio e longo prazo*. A politização das cadeias produtivas é criticada, e a resposta é clara: participação da economia internacional sempre que for possível, mas estar preparado para diminuir a dependência do comércio exterior em setores chaves, em particular na tecnologia, mas também no que diz respeito à segurança alimentar (Xi, 2020).

Olhando para o conjunto desses movimentos, há uma clara preocupação generalizada para manter as vantagens da globalização (os interesses econômicos), mas cada vez mais visando soberania econômica estratégica, o que implica aumento da intervenção estatal e de investimentos públicos. Políticas industriais, consideradas ultrapassadas na ideologia neoliberal, voltaram à agenda política. E em vez de *outsourcing* – transferência de partes ou toda a produção para lugares de menor custo – aparece agora *reshoring* – transferência de produção de volta para o país de onde saiu; *nearshoring* – transferência para um local de produção mais

barato, mas mais perto do mercado consumidor e/ou da matriz; e *friendshoring* – transferência para países alinhados politicamente com o país de origem (Yellen, 2022).

Ficou evidenciado que a rivalidade vai muito além da esfera econômico-comercial. O que está em jogo é muito mais uma disputa pelo futuro da ordem geoeconômica e geopolítica. Trata-se de um conflito pela hegemonia (Tooze, 2018). E isso contrasta com a perspectiva de uma governança compartilhada e cooperativa no âmbito do G20.

As consequências econômicas do aumento dos conflitos interestatais são perceptíveis: a atividade econômica global atualmente é fraca, com perspectivas de redução do crescimento do produto interno bruto (PIB) global no médio prazo. Ao mesmo tempo, não estão descartadas as perspectivas de estagflação, uma vez que os índices de inflação permanecem relativamente altos, enquanto reservas financeiras têm sido exauridas e os níveis de endividamento alcançam novos recordes (Georgieva, 2024; Gopinath, 2024). O entrelaçamento entre geopolítica e geoeconomia se manifesta no novo equilíbrio estratégico entre eficiência e segurança dos investimentos externos; e nas considerações entre custos e resiliência das cadeias globais de produção a fatores políticos desestabilizadores (Georgieva, 2024). Até mesmo bens comuns globais compartilhados entre os países, como o livre-comércio marítimo e as infraestruturas suboceânicas de comunicação (internet, fibra ótica) estão hoje vulneráveis aos conflitos geopolíticos e às estratégias geoeconômicas. Por sua vez, defesa e segurança deixaram de ser simplesmente assuntos militares, cuja solução deve ser também militar. Ao contrário, tem se intensificado o uso de instrumentos econômico-financeiros de força e poder.

No plano político, deve-se recordar que mesmo após a transformação do G20 em Fórum Político de Alto Nível, em 2008, o agrupamento paralelo das economias do G7 jamais deixou de se reunir. Até 2014 isso ocorreu no formato do G8, tendo a Rússia como membro. A partir da anexação da Crimeia, a expulsão da Rússia não apenas restabelece o arranjo original dos sete membros, como é também o estopim para a crescente geopolitização conflituosa das relações no interior do próprio G20 – tendência que ganha força durante a administração Trump, adquire contornos econômico-sanitários durante a pandemia (2020-2021) e passa efetivamente para o terreno bélico a partir da invasão da Ucrânia, em fevereiro de 2022. Em um clima de fortes tensões com a China e a Rússia, o G7 tende a ser revitalizado como fórum para articular a defesa da hegemonia estadunidense, em detrimento ou não do compromisso com o G20.

#### 4 COOPERAÇÃO E CONFLITO

Na fase histórica atual podemos identificar duas forças atuando: prevalece a estrutura histórica dominante, representada ainda pelo G7, mas em paralelo adquire

cada vez mais força o surgimento de estruturas rivais e alternativas, que ganha sua expressão no BRICS (Amineh, 2023). Com isso, o mundo está passando por uma transição que se desenvolve entre dois polos: conflito ou fragmentação e a construção pactuada de uma nova globalização.

A resolução dessa polarização depende muito da estratégia dos Estados Unidos. Para o entendimento sobre as opções norte-americanas vale a pena recuperar o debate nas relações internacionais entre liberais e realistas, que deve ser visto, longe de um exercício meramente acadêmico, como um debate exatamente sobre a melhor estratégia para manter sua hegemonia. Os realistas enfatizam a propensão ao conflito entre Estados devido à ausência de um governo mundial. A cooperação interestatal nasce de oportunidades específicas e de curta duração. A disputa se dá em torno de um jogo de soma zero: se a China ganha poder relativo, os Estados Unidos perdem. Essa visão ganhou *status* de teoria de relações internacionais com autores como Krasner (1976), Waltz (1979) e Mearsheimer (2001). Por sua vez, os (neo)liberais apostam no jogo de soma positivo por meio da cooperação e interdependência econômica – ideias identificadas com Keohane e Nye Junior (1987). Essa foi a visão que predominou na construção da ordem multilateral liberal no pós-Segunda Guerra Mundial. A liberalização dos mercados nacionais estimularia a superação da lógica de conflito e rivalidade de poder entre estados. A interdependência é sustentada e estimulada pela institucionalização desenhada em Bretton Woods, que teria a capacidade de garantir uma estabilidade, mesmo com um eventual declínio do país hegemônico que liderou o processo da sua constituição.

No período pós-Guerra Fria os Estados Unidos apostaram numa reorganização da ordem multilateral liberal, com uma relação de interdependência com a China porque o jogo de soma positiva iria consolidar sua posição hegemônica. Os ganhos relativos para o país oriental iriam, em todo caso, mantê-lo numa posição de coadjuvante. E a República Popular da China (RPC) entrou com muito vigor nesse jogo, não só por meio da expansão das suas relações comerciais e entrada de investimentos externos diretos, mas também com sua participação nas próprias instituições de Bretton Woods, inclusive, em 2001, na OMC, sucessora do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade – GATT). Nesse período o G7 serviu como um fórum informal por meio do qual os Estados Unidos mantiveram as principais economias da Europa, Japão e Canadá alinhadas em torno das suas prioridades, coordenando as ações nas instituições multilaterais formais.

Paradoxalmente, a China, que cresceu nessa ordem, começou a ocupar um lugar visto como contestador da hegemonia estadunidense. Assim, os próprios Estados Unidos despertaram para a necessidade de reforçar a abordagem realista. A partir da década de 2010 se consolidou um quase consenso nos Estados Unidos

de que o principal contendor a ser enfrentado é a China. Mas não havia consenso quanto ao fato de estar se caminhando para a consolidação de uma segunda Guerra Fria ou não. A existência de uma nova guerra complicaria, embora não impeça, a busca de cooperações internacionais a serem pactuadas em fóruns como o G20 para enfrentar os problemas comuns da humanidade, em particular as crises climáticas, o combate à fome e a manutenção da própria paz.

Há, basicamente, três argumentos usados para explicitar a principal diferença entre a situação de hoje e a (primeira) Guerra Fria (Hung, 2022): hoje, haveria ainda uma integração e interdependência muito intensas, não haveria um embate ideológico e não haveria a pressão para alinhamento dos demais países do globo.

Sobre o primeiro ponto, é fato que a interação econômica entre a China e os países da OCDE, ainda, é muito diferente do que era na época com a União Soviética. É verdade também que já houve na história casos de guerras entre países que tinham intenso intercâmbio econômico e comercial, como a Primeira Guerra Mundial. Mas a principal questão diz respeito ao (re)surgimento do nacionalismo econômico ou neomercantilismo com um movimento de *decoupling* seletivo e o surgimento de uma política de *friendshoring* (Yellen, 2022), ou seja, a politização das cadeias produtivas globais, explicada na seção anterior.

O segundo argumento se refere à ausência de um conflito ideológico. De fato, no passado recente a linguagem era de guerra comercial, críticas a comércio desleal, transferência tecnológica forçada, atuação das estatais etc. Inclusive, embora principalmente dirigidas à China, algumas dessas críticas eram usadas também contra supostos aliados, em particular UE e Japão, mas também contra o Brasil, com imposições de retaliações comerciais. Já no governo Biden, os Estados Unidos voltaram a usar uma linguagem que faz eco à Guerra Fria, com defesa do *free world*, e, sobretudo, começaram a insistir em dividir o mundo em democracias e autocracias, tendo os Estados Unidos o monopólio em definir esses conceitos e classificar os países de acordo (Biden, 2021).

O fato é que a China adquiriu força econômica, e sob a forte liderança do presidente Xi Jinping<sup>11</sup> surge um claro objetivo, por parte deste país, de sair da posição subordinada nas cadeias produtivas, colocando-se à frente da produção e apropriando-se do valor adicionado, com estratégias de inovação e controle tecnológico. Alguns autores apostam que os Estados Unidos conseguirão recuperar a ofensiva e obrigar a China a seguir o caminho do Japão no fim da década de 1980 (Panitch e Gindin, 2013). Há, porém, uma grande diferença entre as duas nações asiáticas: no caso da China, há expressa vontade de se tornar uma potência mundial para garantir a continuidade de seu processo de crescimento e

---

11. Xi foi nomeado vice-presidente da RPC em 2008, como sucessor do então presidente Hu Jintao. Em 2012 assumiu a Secretaria-Geral do Partido Comunista Chinês (PCC) e, no ano seguinte, a Presidência da República.

desenvolvimento, condição *sine qua non* para a manutenção do domínio do Partido Comunista Chinês. A subordinação da China a uma hegemonia estadunidense 3.0 exigiria, portanto, um enfraquecimento interno do país, algo que não está no horizonte, embora nunca possa ser descartado como um dos possíveis cenários.

Que não parem dúvidas: a fotografia presente ainda mostra enorme concentração de poder econômico, tecnológico, político, cultural e, sobretudo, militar dos Estados Unidos. Já o filme a que se assiste evidencia uma dificuldade norte-americana em organizar e consolidar sua nova hegemonia diante dos desafios internos e externos mencionados. Há, portanto, uma crise do modelo de hegemonia, evidenciada pela crise de 2008, mas não transposta pela superação da própria crise financeira, e um contendor em ascensão. Isso coloca os Estados Unidos novamente diante do desafio de se reinventarem ou abrirem mão das suas pretensões de serem o incontestável líder mundial, pactuando a ascensão da China e eventualmente uma maior autonomia da Europa.

Não obstante as divisões políticas e sociais internas acirradas, o que une as diversas forças nos Estados Unidos é o objetivo de barrar a ascensão chinesa como condição necessária, embora não suficiente, para manter sua posição. As diferenças dizem respeito às estratégias e táticas a serem aplicadas e as narrativas a serem utilizadas. O que chama a atenção é que Biden segue Trump ao enfrentar os novos desafios (a China, em particular) não com a força da transnacionalização e da ideologia da globalização liberal, mas com a lógica da rivalidade interestatal, recolocando, na medida do possível, seus capitais a serviço dessa estratégia. Assim, paradoxalmente, a liderança do capitalismo globalizado se torna a referência do novo nacionalismo econômico. Observa-se que a volta da competição interestatal, com estreitamento das relações entre Estado e capital, em detrimento da tendência de transnacionalização, vem acompanhada de investimentos no setor bélico, cuja participação nos gastos públicos aumentou de forma significativa em quase todos os países industrializados.

Na própria China, a guerra comercial, as sanções econômicas contra a importação de tecnologias avançadas, em especial microprocessadores de última geração, e mais recentemente a observação das sanções econômicas contra a Rússia, relacionadas à guerra na Ucrânia, foram também um alerta para a liderança do PCC.

Ao mesmo tempo, assistimos a ações arbitrárias por parte dos Estados Unidos de proibirem ou restringirem a atuação de empresas chinesas em seu território, inclusive nas bolsas de valores. Esse movimento começou no governo Trump, não perdeu força no governo Biden e parece fazer, portanto, parte da política de contenção da China. De outro lado, na potência asiática também há uma série de obstáculos novos para as empresas ocidentais operarem, o que levou empresas-plataformas como Uber ou LinkedIn a saírem do país (Hung, 2022).

Assim, o argumento de interdependência econômica complexa como fator inibidor do surgimento de uma segunda Guerra Fria perde força.

Foi com esse espírito que o governo Biden lançou, em dezembro de 2021, de forma remota, a Cúpula para a Democracia (The Summit for Democracy), excluindo, portanto, países como China, Rússia, Cuba, Irã, Venezuela e Coreia do Norte, entre outros. No mesmo espírito, em junho do ano seguinte, o governo dos Estados Unidos aproveitou sua condição de anfitrião da IX Cúpula das Américas para remover arbitrariamente três países que classificou como não democráticos: Cuba, Nicarágua e Venezuela. Isso contrasta com a presença de Raul Castro na VII Cúpulas das Américas no Panamá, em 2015, quando houve o histórico encontro bilateral com Obama. Observa-se ainda que as diferenças ideológicas e as distintas concepções sobre direitos humanos não foram um obstáculo durante duas décadas de uma relação de simbiose, na época chamada por Ferguson e Schularick (2007) de *Chimerica*. Hung (2022) lembrou a rapidez com a qual os Estados Unidos viraram a página da crítica ao massacre da praça Tiananmen em 1989 para estreitar as relações econômicas e comerciais.

Essa nova ênfase no aspecto ideológico para marcar a disputa com a China teve também uma resposta por parte do PCC. Aproveitando as comemorações pelo centenário do partido, o partido ensaiou um *revival* da ênfase nos fundamentos marxistas-leninistas e o papel do partido para liderar o país. Também nesse aspecto há, portanto, mudanças na direção de tensões que lembram a primeira Guerra Fria.

Outro ponto relevante é a pressão sobre países terceiros, tanto os desenvolvidos quanto os em desenvolvimento, para marcar posição e se alinhar. A cruzada durante o governo Trump contra as atividades da Huawei, empresa privada chinesa e líder no desenvolvimento de sistemas de telecomunicação 5G, tinha muito mais o caráter de uma disputa econômica pela dominação da Quarta Revolução Industrial, e de fato com pouco êxito na maioria dos países em desenvolvimento, mesmo aqueles na época fortemente alinhados ao governo Trump, como era o caso do governo Bolsonaro. É nesse aspecto que a diferença com a Guerra Fria se faz presente. Muitos países em desenvolvimento, mas, até certa medida, mesmo a Europa, reivindicam uma autonomia para manter relações econômicas e comerciais com a segunda maior potência econômica, que em breve será a primeira. Os financiamentos, investimentos e comércio com a China não vêm com condicionantes ou bandeiras ideológicas. E isso fez com que tanto a Venezuela de Nicolás Maduro como o Brasil de Jair Bolsonaro mantivessem intensas relações com o gigante asiático. Mesmo a Índia – que sequer pacificou suas fronteiras com seu vizinho do norte e participa de articulações militares com os Estados Unidos, em particular, junto com Japão e Austrália, no Diálogo de Segurança Quadrilateral

(Quadrilateral Security Dialogue – Quad) – continuou buscando aproveitar as relações comerciais e econômicas com a China e os Estados Unidos, mantendo suas correntes comerciais, por exemplo, equilibradas entre as duas potências.

Há, portanto, uma resistência dos países do Sul global em entrar na lógica da Guerra Fria, e o G20 pode ser um espaço para que esta se expresse por meio de países como Brasil, Índia, África do Sul e Indonésia.

Um exemplo é a reação à Guerra da Ucrânia. Contrariando as expectativas europeias, o Sul global rejeitou as sanções e condenou a aposta em intensificar a guerra. O Ocidente chegou a usar seu domínio sobre o sistema financeiro internacional a serviço de objetivos militares: já desde março de 2022, amplas sanções econômico-financeiras foram impostas pelos Estados Unidos e outros 36 países contra a Rússia, inclusive com o banimento do país do Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (Swift) – sistema de pagamentos internacionais – e o confisco de ativos soberanos em bancos ocidentais privados, no FMI e no Banco Mundial. As sanções ocidentais, como é sabido, não obtiveram a almejada adesão por parte das nações do Sul global e geraram como consequência indireta a intensificação das relações econômico-comerciais da Rússia com outras nações importantes do G20, como a China, a Índia, a Turquia e até o Brasil, que começou a substituir as importações de *diesel* dos Estados Unidos pelo *diesel* com desconto vindo da Rússia. Além disso, quase metade dos países africanos e um terço dos países árabes se abstiveram de condenar a Rússia na Assembleia Geral da ONU (Holder *et al.*, 2023). Esta situação provocada pela não adesão à aplicação das sanções por parte do Sul global explicitou a dissonância de visões sobre o sistema internacional. Assim, a reação ocidental à guerra na Ucrânia mostrou novamente uma total falta de compreensão e respeito dos países do centro para com os demais, que, mesmo não concordando com a invasão russa (levada adiante também sem o consentimento do CSONU) e considerando-a uma inaceitável violação da integridade territorial, foram pressionados a seguir cegamente a política de confrontação da Otan. O duplo padrão de tratamento com relação aos refugiados da Ucrânia em comparação com aqueles de outros conflitos e guerras ou as repetidas liberações de bilhões de dólares para o fornecimento de armas e equipamentos têm sido recebidos nos mais diversos países do Sul global com indignação – sobretudo quando cotejados com a distante promessa do Acordo de Paris de se fornecer ajuda financeira para os países pobres na luta contra a crise climática, entre outros compromissos não cumpridos.

Diante de tudo isso, porém, o G20 acabou sendo o único âmbito em que todas as potências envolvidas na guerra da Ucrânia se dispuseram a dialogar e negociar uma posição comum sobre a questão (Lyrio e Pontes, 2024).

E, não à toa, justamente nesse contexto da Guerra da Ucrânia e ainda mais diante do apoio incondicional dos países do G7 à inusitada ação militar contra a população civil em Gaza a partir de outubro de 2023, o número de países que expressaram querer se juntar ao BRICS não para de crescer. Muitos desses países têm ligações históricas de cooperação com o Ocidente, mas buscam equilibrar suas relações diante da polarização em curso.

Numa situação de acirramento de conflito, numa estratégia de confrontação realista dos Estados Unidos e de seus aliados à ascensão chinesa, o G20 é ou marginalizado ou servirá na melhor das hipóteses como contenção dos danos. Se prevalecer a busca de cooperação em torno de denominadores comuns, mesmo reconhecendo as rivalidades, que tornam as instituições multilaterais disfuncionais, o G20 poderá ter um papel de maior relevância.

A tendência de acirrar a rivalidade apareceu na tentativa de revitalizar e returbinar o G7 a partir da cúpula em Hiroshima, Japão, em maio de 2023, numa tentativa de recolocar este fórum diretório no mundo, aproximando-o da Otan, e, conseqüentemente, marginalizando o papel do G20. Nas suas intervenções como convidado, o presidente Lula denunciou com contundência a postura soberba do grupo dos ricos (Silva, 2023). Nos preparativos da cúpula do G7 2024 em Puglia (Itália), há, além da pauta de sanções contra a Ucrânia e o uso de recursos congelados da Rússia, uma insistência dos Estados Unidos em envolver os demais países do agrupamento em sanções econômicas e comerciais contra a China, alegando práticas desleais por parte dos gigantes asiáticos (Lawder, 2024).

Embora, como afirmado no início desta seção, muito dependa da estratégia dos Estados Unidos e de sua capacidade de implementá-la, como também da ação e reação da própria China, existe um espaço de atuação dos demais países, em particular os do Sul global, como o Brasil. A cúpula do G20 de Nova Déli, em 2023, trouxe, inclusive, uma novidade política importante para engrossar esse campo: a aprovação da inclusão da União Africana como membro pleno (a exemplo do *status* concedido à UE). A presença da União Africana, com seus 55 países-membros, é um passo importante na redução da sub-representação africana no G20 e no aumento da legitimidade desse fórum, embora justamente o aprofundamento de visões geopolíticas distintas – que paradoxalmente aumentam a representatividade e a legitimidade desse fórum – possa levar a uma inoperância formal ou informal do G20 ensejada pelo G7, a fim de bloquear agendas que não atendam a seus interesses.

O Brasil está, por vários motivos, bem posicionado para assumir, junto com os demais países de destaque do Sul global que não participam diretamente (e não pretendem fazê-lo) da rivalidade entre os Estados Unidos e a China, um papel de destaque na adoção do G20 como um fórum para fazer prevalecer a cooperação

sobre o conflito. Há inclusive um interesse compartilhado entre os demais países de evitar acordos no estilo G7 que não levem em conta os interesses e aspirações dos demais povos.

Superados os anos recentes de isolamento diplomático do Brasil (Sousa, Azzi e Rodrigues, 2022), a volta de Lula à presidência em 2023 renovou não somente a diplomacia presidencial – com quase trinta viagens internacionais em seu primeiro ano de mandato –, mas vem significando, também, o retorno da atuação do país nos fóruns internacionais como um poder emergente benigno, defensor da autonomia das nações, do multilateralismo, de relações internacionais pacíficas e de uma ordem global mais justa. A presidência brasileira do G20, em 2024, e do BRICS, em 2025, além da organização da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), também em 2025, em Belém do Pará, representam um encadeamento de oportunidades para que o Brasil articule e projete sua visão sobre os problemas e prioridades globais.

A característica particular de ser um país de renda média, mas altamente desigual, de não possuir arsenal nuclear, mas de contar com território, população e PIB entre os dez maiores do mundo contribuiu para que o Brasil construísse ao longo de sua história independente uma práxis diplomática voltada a trabalhar coletivamente no sistema internacional, buscando sempre que possível aproximar visões e negociar posicionamentos dissonantes para a obtenção de uma cooperação multilateral de resultados, amparada no direito internacional.

A fragmentação geopolítica ora em curso pode fornecer um quadro de novas possibilidades de coordenação de posições, barganha e influência para a atuação brasileira nas negociações sobre os principais desafios globais, como a mudança do clima, a transição energética e a segurança alimentar global – cuja importância geoestratégica aumenta em proporção direta ao agravamento da crise climática. Ao aumentar o seu perfil geopolítico, o Brasil poderá obter um maior alcance para promover os seus interesses, bem como os do Sul global, particularmente no que diz respeito à construção de uma ordem financeira global mais justa (Mia, 2024).

É a partir dessa posição estratégica que o país pode ser ator importante na condução do G20 em meio aos desafios contemporâneos, sobretudo se for capaz de contribuir para a redução dos riscos globais e a potencialização da distribuição dos benefícios. A mudança do clima, a transformação digital do mundo do trabalho, o combate à fome e à pobreza, assim como a promoção de fortes políticas públicas de proteção social, requerem esforços globais coordenados que, no contexto atual, apenas poucos países com perfil semelhante ao do Brasil podem buscar impulsionar.

Nos temas econômico-comerciais, de direitos humanos, de meio ambiente ou de desenvolvimento sustentável, por exemplo, essa característica diplomática

já tem se mostrado frequentemente exitosa e internacionalmente reconhecida por países tanto no Norte quanto no Sul global. Já nos temas de segurança internacional, no entanto, a influência do Brasil é menos evidente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo enfatizou-se que o estabelecimento do G20 como fórum dos líderes se deu em função da crise financeira de 2008. A coordenação no âmbito do grupo foi fundamental para superá-la. Em seguida o fórum perdeu seu dinamismo, mas ao mesmo tempo o mundo entrou, sobretudo a partir do fim da década de 2010, em uma rivalidade entre os Estados Unidos e a China. Observa-se uma determinação dos Estados Unidos de tentar reafirmar sua hegemonia. De outro lado, há a ascensão chinesa, não mais somente como potência econômica e fábrica do mundo, mas também com força e vontade para disputar a liderança tecnológica e consolidar-se como força militar. Essa rivalidade foi turbinada pelo impacto da covid-19 e das guerras na Ucrânia e em Gaza.

Nesse quadro pode-se destacar as seguintes tendências de fundo: i) as fortes dimensões geoestratégicas das políticas econômicas e de investimento dos Estados, que promovem o retorno de políticas industriais nacionalistas; ii) o papel das corporações privadas abertamente pressionadas para se alinharem a governos, numa tentativa de construir o renovado capitalismo patriótico (Wigell, 2016); iii) o recente reconhecimento, por parte do G20, de que os temas securitários podem ter consequências significativas para a economia global; e iv) o desgaste das Nações Unidas e, em particular o fracasso do CSONU, em efetivamente promover a paz e a estabilidade diante de uma crescente fragmentação – o ano de 2023 registrou 183 guerras correntes no mundo, um recorde (Lyrio e Pontes, 2024, p. 60) – resultando que o G20 seja cada vez mais instado a se posicionar sobre temas securitários e conflitos bélicos.

Haas (2010) tinha constado a inoperância do que ele caracteriza como “multilateralismo clássico” e o surgimento de um novo padrão de multilateralismo, que tenta superar a crise de efetividade e legitimidade no funcionamento das instituições internacionais, em particular da própria ONU e das Instituições Financeiras Internacionais (como Banco Mundial e FMI). Dez anos depois dessa publicação a construção de um mundo cada vez mais multipolar parece ser um fato, mas o novo padrão de multilateralismo aparece como uma necessidade e não como algo dado.

Identificaram-se duas forças atuando: prevalece a estrutura histórica dominante, representada ainda pelo G7, mas em paralelo adquire cada vez mais força o surgimento de estruturas rivais e alternativas, que ganha sua expressão no BRICS. Com isso, o mundo está passando por uma transição que se desenvolve entre dois polos: conflito ou fragmentação e a construção pactuada de uma nova globalização.

Há motivos para duvidar que a potência hegemônica em decadência – mas ainda hegemônica – reconhecerá sua posição e negociará a forma, o ritmo e o resultado do seu declínio relativo, isto é, se será capaz de reinventar um projeto seu para o futuro coletivo de todo o sistema internacional, ou se, ao contrário, tentará esmagar a emergência de outros polos de poder por meio da geoeconomia e da guerra mantendo, à força, as hierarquias e assimetrias internacionais ainda ancoradas na geopolítica. Sobre esse aspecto, nesta segunda década do século XXI, se observa a determinação dos Estados Unidos em reorganizar sua hegemonia a qualquer custo, com impactos sobre os demais membros do sistema internacional. Mesmo depois da troca do governo Trump para o governo Biden, é forçoso notar que não se vislumbra no horizonte próximo uma disposição dos Estados Unidos em acomodar os interesses emergentes e os eventualmente divergentes, mas, ao contrário disso, há um aparente consenso entre as elites democratas e republicanas quanto à urgência radical do projeto Make America Great Again.

Ainda que hoje não estejamos diante de uma rivalidade entre dois sistemas econômicos concorrentes, como aconteceu durante a Guerra Fria, e que o capitalismo tenha bem ou mal se generalizado pelo globo todo, parte importante do Ocidente tem se empenhado reiteradamente em retratar outros membros do G20 não como grandes nações soberanas e parceiras, mas, antes, como “inimigos”, “ameaças”, “competidores estratégicos” ou, ainda, “autocracias que minam a comunidade de democracias lideradas pelos Estados Unidos”. No atual estágio de baixa capacidade relativa da base industrial militar instalada no território americano, esse discurso implica, também, que essa base industrial de defesa dos Estados Unidos precisa, hoje, funcionar de maneira multinacional (Otan e aliados), a fim de produzir uma estrutura integrada de dissuasão e fornecimento de armamentos. Essa estratégia política deliberadamente conflitiva desqualifica as demais nações e certamente não contribui para que o grupo cumpra seu papel de principal fórum de cooperação e coordenação econômico-financeira internacional, favorecendo, pelo contrário, o surgimento de rupturas e jogando contra a sua própria razão de existir.

Se prevalecer a lógica da rivalidade ou fragmentação, o G20 perde sua relevância, a exemplo dos fóruns multilaterais formais, que têm sido marginalizados pelos Estados Unidos sempre que o equilíbrio de poder no interior de organizações multilaterais não atende aos seus interesses. Neste caso a preferência por um “jogo de soma zero” opõe o Ocidente ao resto do mundo (*the West versus the rest*) e iria se sobrepondo aos benefícios comuns de longo prazo do multilateralismo, tais como a paz, a cooperação econômica e o desenvolvimento sustentável.

Numa situação de acirramento de conflito, numa estratégia de confrontação realista dos Estados Unidos e seus aliados à ascensão chinesa, o G20 é ou marginalizado ou servirá, na melhor das hipóteses, como contenção dos danos.

Se prevalecer a busca de cooperação em torno de denominadores comuns, mesmo reconhecendo as rivalidades, que tornam as instituições multilaterais disfuncionais, o G20 poderá ter um papel de maior relevância.

Há, porém, uma resistência dos países do Sul global em entrar na lógica da Guerra Fria e o G20 pode ser um espaço para que esta se expresse por meio de países como Brasil, Índia, África do Sul e Indonésia. Assim, pode-se entender que o agrupamento tem diante de si o grande desafio de projetar, desde já, muito mais que uma nova arquitetura financeira, uma nova globalização, antes que o mundo entre definitivamente numa lógica de zonas de influência fragmentadas e sedimentadas, ao modo de uma segunda Guerra Fria ou, ainda pior, numa dinâmica de confronto aberto, uma terceira Guerra Mundial.

Evitar o aprofundamento destes cenários significa criar as condições para se desenhar um reequilíbrio de poder não somente entre as nações do G20, mas que seja reflexo de uma nova globalização, mais democrática e equitativa, em que os interesses do G7 não prevaleçam sobre os do Sul global, como um jogo de soma zero, e vice-versa.

No âmbito do G20, a presença do BRICS e de países do Sul global, ao lado dos do G7, e a inexistência de um poder de veto formal podem fornecer as condições para que este fórum seja capaz de ter um fôlego político, visando à defesa da segurança e da paz internacional como indissociáveis do desenvolvimento econômico, do combate à fome e da busca pela sustentabilidade. E justamente ao Brasil interessa insistir na promoção de pontes de diálogo, manter viva a agenda reformista e advogar a agenda de desenvolvimento, negociação e paz.

Justamente quando o Brasil tem nas suas mãos a oportunidade de exercer a pleno potencial sua diplomacia multilateral de forma construtiva no G20, no BRICS e na COP 30, o mundo caminha para a competição geoeconômica nacionalista e para o conflito bélico. Mais do que em contextos históricos anteriores, a atuação brasileira pode ser útil na construção de uma coordenação entre membros do G20 – e, a partir daí, atrair o apoio também de países extra-G20 – que se oponham à guerra e que defendam a renovação do sistema internacional na direção de uma governança interpolar mais equitativa.

A despeito das dificuldades recentemente encontradas nos esforços brasileiros de mediação dos conflitos entre Rússia e Ucrânia, de um lado, e Israel e Palestina, de outro, não devem ser descartadas iniciativas coordenadas junto a outras nações que não fazem parte de grupo seletivo dos membros permanentes do CSONU, tais como Indonésia, Índia e África do Sul, além da própria União Africana. O Brasil pode atuar na articulação de um conjunto de países que sejam capazes de influenciar coletivamente para que o G20 eleve o seu perfil e atue como um conselho de segurança informal e ampliado, gerando compromissos capazes

de frear a escalada dos conflitos e evitando assim, também, que este importante espaço de coordenação multilateral seja irreparavelmente fissurado ou inviabilizado pelas rivalidades geopolíticas.

## REFERÊNCIAS

AGGARWAL, Vinod K.; REDDI, Andrew W. New economic statecraft: industrial policy in an era of strategic competition. **Issues & Studies**, v. 56, n. 2, June 2020.

ALTMAIER, Peter. **Nationale Industriestrategie 2030**: Bundesministerium für Wirtschaft und Energie. Berlin: [s.n.], 2019.

AMINEH, Mehdi Parvizi. China's capitalist industrial development and the emergence of the Belt and Road Initiative. *In*: AMINEH, Mehdi Parvizi (Ed.). **The China-led Belt and Road Initiative and its reflections: the crisis of hegemony and changing global orders**. New York: Routledge, 2023. p. 11-35.

BABIĆ, Milan; DIXON, Adam D.; LIU, Imogen T. Geoeconomics in a changing global order. *In*: Babic, M. *et al.* (Ed.). **The political economy of geoeconomics: Europe in a changing world**. London: Palgrave Macmillan, 2022. (International Political Economy Series). p. 1-27.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém**. [s.l.]: Ed. Leya, 2019.

BIDEN, Joe. Remarks by President Biden in Press Conference. **The White House**, Washington, 25 Mar. 2011. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/03/25/remarks-by-president-biden-in-press-conference/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. Statement on the House Passage of the Bipartisan Infrastructure Investment and Jobs Act. **The White House**, Washington, 6 Nov. 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/11/06/statement-by-president-joe-biden-on-the-house-passage-of-the-bipartisan-infrastructure-investment-and-jobs-act/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. **Global capitalism, global war, global crisis**. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2018.

BMWK – BUNDESMINISTERIUM FÜR WIRTSCHAFT UND KLIMASCHUTZ. **Industriepolitik in der Zeitenwende**. Berlin: BMWK, 2023.

BORRELL, Josep. **Why European strategic autonomy matters**. Bruxelas: European Union-External Action, 3 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Governança financeira global**: proposta brasileira – Reunião de Líderes do G-20 sobre Mercados Financeiros e Economia Global. Washington, D. C.: G20, 2008.

BUSH, George. Address before a Joint Session of the Congress on the State of the Union. **The American Presidency Project**, Washington, 29 Jan. 1991. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-before-joint-session-the-congress-the-state-the-union-1>. Acesso em: 30 mar. 2024.

CHANG, Ha Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

DUEHREN, Andrew; MACKRAEL, Kim. ‘What the hell?’ Europe chafes at America’s protectionist tilt: after the Biden administration echoes Trump’s restrictive trade views, European officials worry the U.S. isn’t what it used to be; ‘The honeymoon is over’. **The Wall Street Journal**, 29 Jan. 2024.

ERT – EUROPEAN ROUND TABLE. **Securing Europe’s place in a new world order**: ERT Vision Paper 2024-2029. Brussels: ERT, 2023.

FERGUSON, Niall; SCHULARICK, Moritz. ‘Chimerica’ and the Global Asset Market Boom. **International Finance**, v. 10, n. 3, 2007.

FLINT, Colin; ZHU, Cuiping. The geopolitics of connectivity, cooperation, and hegemonic competition: The Belt and Road Initiative. **Geoforum**, v. 99, p. 95-101, Feb. 2019.

GARCIA, Marco Aurélio. O lugar do Brasil no mundo: a política externa em um momento de transição. *In*: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir (Org.). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010.

GEORGIEVA, Kristalina. Outlook for the global economy and policy priorities: the 2020s – turbulent, tepid or transformational? Policy choices for a weak global economy. **IMF Live**, 11 Apr. 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/04/11/sp041124-outlook-global-economy-policy-priorities-kristalina-georgieva>.

GOPINATH, Gita. Geopolitics and its impact on global trade and the dollar. **International Monetary Fund**, Washington, D. C., 7 May 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/05/07/sp-geopolitics-impact-global-trade-and-dollar-gita-gopinath>. Acesso em: 10 maio 2024.

G20 – GROUP OF TWENTY. **Leaders’ statement**: the Pittsburgh Summit – September 24-25, 2009. Disponível em: [https://g20.org.tr/wp-content/uploads/2014/12/Pittsburgh\\_Declaration\\_0.pdf](https://g20.org.tr/wp-content/uploads/2014/12/Pittsburgh_Declaration_0.pdf). Pittsburgh: G20, 2009. Acesso em: 15 abr. 2024.

HAAS, Richard. The case for messy multilateralism. **Financial Times**, 5 Jan. 2010.

HOLDER, Josh *et al.* The West tried to isolate Russia. It didn't work. **The New York Times**, 23 Feb. 2023.

HUNG, Ho-Fung. **Clash of empires: from 'Chimerica' to the 'New Cold War'**. Cambridge University Press, 2022.

KEOHANE, Robert O.; NYE JUNIOR, Joseph S. Power and interdependence revisited. **International Organization**, v. 41, n. 4, p. 725-753, Autumn 1987.

KINDLEBERGER, Charles. **The World Depression: 1929-1939**. Berkeley: University of California Press, 1973.

KRASNER, Stephan David. State power and the structure of international trade. **World Politics**, v. 28, n. 3, 1976.

LAWDER, David. Yellen wants G7 'wall of opposition' to China's excess industrial capacity. **Reuters**, 23 maio 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/yellen-says-g7-discuss-responses-chinas-excess-industrial-capacity-2024-05-23/>. Acesso em: 23 maio 2024.

LYRIO, Mauricio; PONTES, Kassius. **O G20**. Brasília: Funag, 2024.

MCKINNEY, Jared. How stalled global reform is fueling regionalism: China's engagement with the G20. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 4, p. 709-726, 2017.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy great power politics**. New York: W.W. Norton and Co, 2001.

MEUNIER, Sophia; NICOLAIDIS, Kalypso. The geopoliticization of European trade and investment policy. **Journal of Common Market Studies**, v. 57, n. S1, p. 103-113, 2019.

MIA, Irene. Brazil's (geopolitical) moment? **International Institute for Strategic Studies**. London, 17 Apr. 2024. Disponível em: <https://www.iiss.org/online-analysis/online-analysis/2024/04/brazils-geopolitical-moment/>.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **China's Belt and Road Initiative in the global trade, investment and finance landscape**. Paris: OECD, 2018.

OPEB – OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA. 2022.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. **The making of global capitalism: the political economy of American empire**. Nova Iorque: Random House, 2013.

PREZIOSI, Nadir *et al.* (Ed.). **China: challenges and prospects from an industrial and innovation powerhouse**. Brussels: Joint Research Center, 2019.

SCHUTTE, Giorgio Romano. Trajetória do G20 e a regulação do poder mundial. **Revista Crítica Histórica**, ano 5, n. 9, jul./2014.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso do Presidente Lula em sessão de trabalho do G7: presidente participou da sessão “Trabalhando Juntos para Enfrentar Múltiplas Crises”. **Gov.br**, 20 maio 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/05/discurso-do-presidente-lula-em-sessao-de-trabalho-do-g7>.

SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de; AZZI, Diego Araujo; RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio Rodrigues (Org.). **Política externa brasileira em tempos de isolamento diplomático**. Rio de Janeiro: Telha, 2022.

TOOZE, Adam. **Crashed: how a decade of financial crises changed the world**. New York: Penguin, 2018.

VAN APELDOORN, Bastiaan; VESELINOVIĆ, Jaša; DE GRAAFF, Nana. **Trump and the remaking of American Grand Strategy: the shift from open door globalism to economic nationalism**. Cham: Palgrave Macmillan, 2023.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. Long Grover: Waveland Press, 1979.

WEISS, Linda; THURBORN, Elizabeth. Developmental State or economic statecraft? Where, why and how the difference matters. **New Political Economy**, v. 26, n. 3, 2021.

WIGELL, Mikael. Conceptualizing regional powers' geoeconomic strategies: neo-imperialism, neo-mercantilism, hegemony and liberal institutionalism. **Asia Europe Journal**, v. 14, n. 2, 2016.

XI, Jinping. Uma série de questões importantes na estratégia nacional de desenvolvimento econômico e social de médio e longo prazo. **Quishi**, Beijing, out. 2020. Disponível em: [https://web.archive.org/web/2020111020608/http://www.qstheory.cn/dukan/qs/2020-10/31/c\\_1126680390.htm](https://web.archive.org/web/2020111020608/http://www.qstheory.cn/dukan/qs/2020-10/31/c_1126680390.htm). Acesso em: 15 abr. 2022.

YELLEN, Janet. **Transcript: US Treasury Secretary Janet Yellen on the next steps for Russia sanctions and “friend-shoring” supply chains**. Atlantic Council: Washington, D.C., 2022.

